

## **Relato de experiência em um centro de referência da assistência social**

### ***Experience report in a social assistance reference center***

### ***Informe de experiencia en un centro de referencia de asistencia social***

Antônio Júnior Ribeiro Cardoso<sup>1</sup>  
Braz José do Nascimento-Júnior<sup>2</sup>  
René Geraldo Cordeiro Silva Júnior<sup>3</sup>  
Michelle Christini Araújo Vieira<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Mestrado profissional, Interdisciplinar, pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) pela UNIVASF. Nutricionista. E-mail: [juniorribeirocard@hotmail.com](mailto:juniorribeirocard@hotmail.com),  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2981-4003>

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Cirurgião-dentista e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). E-mail: [braz.jose@univasf.edu.br](mailto:braz.jose@univasf.edu.br),  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2822-5442>

<sup>3</sup> Doutor em Zootecnia. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Médico-veterinário. E-mail: [rene.cordeiro@univasf.edu.br](mailto:rene.cordeiro@univasf.edu.br),  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8974-2817>

<sup>4</sup> Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Enfermeira. E-mail: [michelle.christini@gmail.com](mailto:michelle.christini@gmail.com),  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7771-5387>

**Resumo:** O CRAS, definido pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS), é uma unidade de atendimento a qual faz parte da Política de Assistência Social que percorreu um longo caminho na promoção dos Direitos Sociais. Atualmente, este centro enfrenta uma realidade multifacetada e complexa, com a incidência de fatores sociais, históricos, econômicos, políticos e subjetivos, entre outros. Para efetivar seu trabalho, é preciso promover encontros entre os diferentes saberes, agenciar uma nova práxis, uma nova forma de ver e fazer a assistência social. Trata-se de um relato de experiência que aborda estratégias de enfrentamento das várias vulnerabilidades sociais das famílias que vivem na zona rural, em situação de pobreza e miséria. Esse equipamento social está localizado na zona rural do sertão da Bahia e contribui diretamente na vida das famílias que estão em situação econômica desfavorável. Percebe-se que as atividades e ações realizadas pelo CRAS contribuem positivamente para as famílias residentes na zona rural.

**Palavras-chave:** pobreza; família; SUAS.

**Abstract:** The CRAS, defined by the Organic Law of Social Assistance (LOAS) and by the Basic Operational Norm of the Unified Social Assistance System (NOB-SUAS), is a service unit that is part of the Social Assistance Policy that has come a long way in promoting Social Rights. Currently, this center faces a multifaceted and complex reality, with the incidence of social, historical, economic, political, and subjective factors, among others. In order to carry out their work, it is necessary to promote meetings between different types of knowledge, to arrange a new praxis, a new way of seeing and doing social assistance. This is an experience report that addresses coping strategies for the various social vulnerabilities of families living in rural areas, in poverty and misery. This social facility is located in the rural zone of backwoods of Bahia and directly contributes to the lives of families in an unfavorable economic situation. It is noticed that the activities and actions carried out by the CRAS contribute positively to families living in rural areas.

**Keywords:** poverty; family; SUAS.

**Resumen:** El CRAS, definido por la Ley Orgánica de Asistencia Social (LOAS) y por la Norma Básica de Funcionamiento del Sistema Unificado de Asistencia Social (NOB-SUAS), es una unidad de servicio que forma parte de la Política de Asistencia Social y que ha recorrido un largo camino en la promoción de los Derechos Sociales. Actualmente, este centro enfrenta una realidad multifacética y compleja, con la incidencia de factores sociales, históricos, económicos, políticos y subjetivos, entre otros. Para el desarrollo de su trabajo, es necesario promover encuentros entre diferentes tipos de conocimientos, configurar una nueva praxis, una nueva forma de ver y hacer la asistencia social. Este es un informe de experiencia que aborda estrategias de afrontamiento de las diversas vulnerabilidades sociales de las familias que viven en zonas rurales, en situación de pobreza y miseria. Esta instalación social está ubicada en la zona rural de sertón de Bahia y contribuye directamente a la vida de las familias en una situación económica desfavorable. Se advierte que las actividades y acciones realizadas por CRAS contribuyen positivamente a las familias que viven en áreas rurales.

**Palabras clave:** pobreza; familia; SUAS.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este relato de experiência traz algumas ações que foram realizadas em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), localizado na zona rural do sertão baiano. Foi baseado na política de Assistência Social, na proteção social básica, na perspectiva de gerar os meios para atender às pessoas ou grupos sociais que se encontram em desvantagem social, cuja situação econômica, cultural, de trabalho, familiar ou pessoal indique vulnerabilidade ou risco social, físico e psicológico.

Deve-se ressaltar que os serviços de proteção básica são promovidos pelo CRAS. O CRAS é a porta de entrada da Assistência Social e se constitui em: unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e do DF.

Nesse sentido, a perspectiva da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Lei Federal n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, reafirmada no Sistema Único de Assistência Social, que propõe a proteção social básica, ultrapassa o caráter compensatório do entendimento da proteção social promovida pela assistência social, que ocorre, via de regra, após a gravidade do risco instalado, sempre nas situações limites. É considerada a face preventiva das ações da assistência.

Essas políticas de assistência social são ações governamentais desenvolvidas em conjunto, por meio de programas que proporcionam a garantia de direitos e condições dignas de vida ao cidadão, de forma equânime e justa. Elas asseguram à população o exercício de direito de cidadania: educação, saúde, trabalho, assistência e previdência sociais, justiça, agricultura, saneamento, habitação popular e meio ambiente.

Sendo assim, o Serviço Social tem, entre outras funções, a atribuição de favorecer o acesso do cidadão aos seus direitos sociais, fazendo-se cumprir as políticas públicas. No Brasil, essa profissão teve início na década de 1930, com iniciativa de vários setores da burguesia, respaldados pela Igreja Católica e tendo como principal referencial o serviço social europeu.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiências (RE), elaborado a partir de vivências com famílias demandantes dos serviços básicos da Assistência Social, desenvolvido no Mestrado Profissional Interdisciplinar em Extensão Rural, da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

Para Daltro e Faria (2019), o RE é resultante de um processo; melhor dizendo, pode-se considerá-lo em um entrecruzamento de processos, dos coletivizados aos mais singulares. No tocante aos processos singulares...

[...] é importante salientar que o RE poderá ser conhecido como de algo que o impactou. Pressupõe-se no RE um trabalho de concatenação e memória, a elaboração de um acontecido que como vê seu relator, invocando suas competências reflexivas e associativas, bem como suas crenças e posições de sujeito no mundo. Então, o trabalho narrativo da singularidade no RE é sempre e invariavelmente um trabalho de linguagem. Já os aspectos coletivizados, colocam ao pesquisador o desafio de articular teoricamente conhecimentos que marcam seu pertencimento coletivo, ao mesmo tempo em que ativam suas competências de tradução, percepção e interpretação (DALTRO; FARIA, 2019, p. 226).

O estudo foi realizado num CRAS, unidade pública estatal e descentralizada na região de zona rural do sertão baiano, baseado em relato de prática dos profissionais que prestam serviço na unidade, em suas rotinas de atividades e ações por eles desenvolvidas, com base em um planejamento com a equipe que desenvolverá as ações.

Os contextos comunitários da zona rural do sertão da Bahia envolvem importantes determinantes sociais. Nessa perspectiva, consideram-se esses lugares, comunidades desassistidas, com escassez de recursos públicos e desigualdade social, tornando o ambiente familiar fragilizado, e isso afeta diretamente os mais vulneráveis.

A metodologia utilizada nos grupos foi elaborada de acordo com as necessidades identificadas pelos técnicos de referência responsáveis. Os principais grupos focais foram as crianças, os idosos e as gestantes. O objetivo principal dos encontros foi promover a cidadania e participação social.

O grupo focal (GF) é muito utilizado em pesquisas científicas e em intervenções, especialmente em intervenções sociais, educativas, terapêuticas

e motivacionais. Nesse sentido, Souza (2020) afirma que o GF:

[...] é ferramenta de bom potencial para gerar dados que contribuam para ações voltadas ao bem estar e à qualidade de vida. É valorizado principalmente em estudos de abordagem predominantemente qualitativa. A amostragem do GF é teórica ou intencional, ou seja, busca antecipar aspectos relevantes para estimular o debate com diferentes experiências sobre um tema (SOUZA, 2020, p. 54).

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O trabalho interdisciplinar é uma forma de atuação profissional muito presente nas atividades e ações realizadas no CRAS. O conceito de interdisciplinaridade aparece na literatura desde o século XIX, mas, no Brasil, a partir dos anos 1990, começou a ser mais discutido e utilizado para pensar em práticas profissionais (GUIDIO, 2012).

O CRAS atua com as famílias, visando orientar e incentivar o convívio sociofamiliar e comunitário. É o equipamento responsável pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Para essa atuação, devem ser considerados os conceitos estruturais do SUAS: a matricialidade sociofamiliar; descentralização político-administrativa e territorialização, estabelecendo novas bases para a relação entre Estado e sociedade civil; financiamento e o controle social (GUIDIO, 2012).

Ao iniciar as atividades nos equipamentos da proteção social básica da Assistência Social, faz-se necessária a construção de um diagnóstico social, identificando-se as vulnerabilidades e os riscos em que se encontram os diferentes sujeitos contemplados por essa política social, ampliando a percepção do indivíduo de sua inserção na vida no contexto que envolve ou proporciona bem-estar, psicológico e emocional, assistencial/financeiro.

A proteção social básica é destinada às famílias que apresentam condição de vulnerabilidade.

Em 2004, quando foi instituída, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) explicitou em seu texto que a vulnerabilidade social, expressa por diferentes situações que podem acometer os sujeitos em seus contextos de vida, é o campo de atuação de suas ações. A concepção de vulnerabilidade denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade

no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos (BRASIL, 2011).

O CRAS é a porta de entrada, o órgão responsável em acolher essas pessoas e fazer os atendimentos, identificando as principais demandas. É uma unidade estatal do SUAS, que atua com as famílias (idosos, jovens, adolescentes, crianças), com o intuito de orientar e também fortalecer os laços familiares (BRASIL, 2010).

Neste sentido, deve-se identificar os problemas sociais e reconhecer as necessidades da população, considerando como vulnerabilidade a pobreza, o desemprego, a fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social, as discriminações; e, como risco, a privação de bens e condições de sobrevivência digna, seja pela ausência de renda, seja pelo precário acesso aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social, a violação de direitos, como sub-habitação, desnutrição, maus-tratos, abandono ou negligência, para, assim, responder positivamente, diante das diferentes demandas, adotando medidas e viabilizando os meios de superação das situações excludentes. [...] “a proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar” (BRASIL, 2004).

As atividades são realizadas mediante planejamento, de acordo com a realidade e as necessidades locais, que são identificadas pela equipe técnica do CRAS. São ações com as famílias com vulnerabilidades, traçando um vínculo por meio de acompanhamento com o PAIF, gerando resultados eficazes com as famílias. “Vale destacar o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF que, pactuado e assumido pelas diferentes esferas de governo, surtiu efeitos concretos na sociedade brasileira” (BRASIL, 2004).

O PAIF é o serviço de proteção social básica, no qual todos os outros serviços da proteção social básica devem se articular, pois confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar, assegurando a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, caracterizado por um dos eixos estruturantes do SUAS. É no CRAS que é trabalhado o PAIF, por meio de grupos ou atendimentos individualizados, que podem ser nos centros de assistência ou nos domicílios (BRASIL, 2011).

As famílias foram cadastradas no CRAS, com atualização do Cadastro Único, seguido do encaminhamento para a rede socioassistencial do município, com orientações individuais às famílias, além de visitas domiciliares e acompanhamentos. A visita domiciliar é uma estratégia utilizada para o acompanhamento, promove a acolhida e a ação particularizada, que podem ser destinadas a uma família ou a alguns de seus membros (BRASIL, 2009).

Vale salientar que a concessão de benefícios eventuais é prevista pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). A oferta desses benefícios também pode ocorrer por meio de identificação de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade nos atendimentos feitos pelas equipes do CRAS.

Após uma análise dos levantamentos de dados feita pelos técnicos e coordenadores do CRAS, foram definidos os locais e as temáticas para realização dos encontros. Os grupos foram formados por beneficiários do Programa Bolsa Família, Beneficiários de Prestação Continuada (BPC), idosos e gestantes.

Importante ressaltar que o mapeamento também se constitui numa atividade fundamental para a atuação da equipe técnica do CRAS. Segundo a PNAS Brasil (2004), uma das funções do CRAS é realizar o mapeamento da rede pública e privada, a fim de sistematizar as informações obtidas para fazer os encaminhamentos da população local para as demais políticas sociais e municipais.

Os grupos do PAIF promovem atendimento às famílias que estão em situação de vulnerabilidade social, e nesses encontros são desenvolvidas atividades coletivas, destacando o fortalecimento da função protetiva da família, orientações de acesso a benefícios, apoio às famílias que têm, entre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares, mediante a análise das tarefas realizadas durante todo o ano. Os trabalhos foram concluídos com bons resultados, considerando os desafios e as oportunidades que foram proporcionados.

É importante que os profissionais executem as suas atividades profissionais de forma flexível, sobre as diversas relações familiares, respeitando os contextos sociais singulares. Assim, o trabalho no CRAS é fundamental para criar um vínculo dos profissionais com as famílias, capaz de compreender,

respeitar e intervir a partir de uma relação profissional empática (PEREIRA; GUARESCHI, 2016).

O Grupo das Gestantes foi constituído com base na listagem das gestantes, disponibilizado pela Unidade Básica de Saúde, com duração de seis meses. Contando com aproximadamente 20 participantes, os encontros eram realizados uma vez por semana, nas instalações do CRAS, as gestantes recebiam orientações semanais, além de serem convidadas por profissionais da saúde para participarem de oficinas e palestras realizadas por enfermeiro, psicólogo, nutricionista e assistente social.

O CRAS, o qual subsidiou as orientações, envolve a participação de vários profissionais de diferentes áreas da saúde, proporcionando a garantia da intersetorialidade e a integridade do tratamento das pessoas cadastradas, como previsto na lei orgânica da saúde (BRASIL, 1990). A participação nos grupos focais se mostrou eficaz, uma vez que, por meio das orientações dos profissionais, os participantes puderam melhorar a sua autoestima, promovendo a saúde por intermédio da educação e proporcionando melhor qualidade de vida para as pessoas envolvidas (GLIDDEN *et al.*, 2019).

No que tange ao desenvolvimento das atividades intersetoriais, as parcerias firmadas foram de extrema relevância, entretanto se notou uma fragilidade na participação das parcerias locais. Entre essas parcerias, podem-se citar alguns encaminhamentos para outras políticas públicas municipais e também o direcionamento das famílias para atendimento nas instituições que prestam serviços socioassistenciais e outros setores, como a Secretaria Municipal de Saúde; a Secretaria Municipal de Agricultura; a Secretaria Municipal de Educação; as entidades locais; as associações comunitárias e o Cartório de Registro Civil.

Segundo Oliveira *et al.* (2014), a baixa frequência do acompanhamento sociofamiliar e da articulação intersetorial nos CRAS reverbera num dos maiores obstáculos para os trabalhos desenvolvidos pelas políticas públicas.

Dentre os principais resultados e avanços dos demandantes/famílias atendidos no CRAS, estão: acesso a benefícios previdenciários e assistenciais junto ao INSS; acesso à documentação gratuita; emissão de carteira do idoso; elevação da autoestima e motivação para superar a situação de vulnerabilidade social por meio de grupos psicossociais; maior acesso às



políticas públicas do município, facilidade no acesso das pessoas portadoras de transtorno mental e deficiência física aos serviços de tratamento; idosos que antes eram negligenciados pela família e hoje estão bem cuidados e tratados, como preconiza o Estatuto do Idoso; crianças e adolescentes incluídos em programas sociais e famílias engajadas no processo de aprendizagem e participação nos grupos psicossociais.

É importante ressaltar que a interação e o fortalecimento de vínculos entre os profissionais do CRAS e os demandantes, no que diz respeito à relação de confiança, podem proporcionar um melhor atendimento (PEREIRA; GYARESCHI, 2016).

Ainda dentro da atuação no CRAS, mensalmente era feito o planejamento das ações de articulação com famílias em vulnerabilidade e risco social atendidas ou não pelos programas sociais. Dado o êxito com as ações de atuação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e a identificação com o trabalho com adolescente, também fui<sup>1</sup> alocado na articulação do Selo UNICEF e Programa Prefeito Amigo da Criança – Fundação Abrinq, apoiando grupos de adolescentes na realização de oficinas de teatro, pintura e música, além de intervenções empoderadoras. Tal apoio contribuiu para que o município recebesse as certificações.

No nosso serviço, são realizados planejamentos mensais com os orientadores sociais, técnicos de referência e coordenação do CRAS, com objetivo de projetar atividades do SCFV durante todo o mês. Inicialmente, é feita uma avaliação das atividades desenvolvidas no mês anterior, discutindo os pontos positivos e negativos; em seguida, são traçadas ações e estratégias metodológicas para serem trabalhadas durante o mês que está sendo planejado. O SCFV é um serviço da proteção complementar ao trabalho social com famílias, realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF).

O SCFV realiza atendimentos em grupo, no qual são realizadas atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários. Essas atividades são uma forma de intervenção social planejada que criam situações desafiadoras, estimulam e orientam

---

<sup>1</sup> A partir deste ponto, o texto está em primeira pessoa, com relatos do pesquisador que vivenciou essas experiências no estudo.

os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares, além de fortalecer as relações familiares e comunitárias, promovendo a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva.

A atuação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, como o preconizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, voltou-se para o atendimento de crianças e jovens de 0 a 17 anos que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e/ou violação de direitos. Neste sentido, atuei coordenando equipes de orientadores sociais na construção de intervenções socioeducativas e monitorando a execução das atividades/ações. Neste campo, trabalhei subsidiado na cultura popular para o fortalecimento da cidadania de um povo, produzimos saberes, práticas e metodologias que reinventam, recriam práticas culturais que valorizam a ancestralidade e que respeitam e reverenciam as tradições no intuito de empoderar os atores sociais envolvidos.

Assim, todas as atividades realizadas no campo foram feitas tendo em vista a necessidade local identificada pela equipe técnica, por meio de observação e escuta. Vale ressaltar que os demandantes conseguiram compreender a importância do Centro de Referência de Assistência Social na comunidade, já que os serviços oferecidos pela unidade auxiliam no processo de recuperação do indivíduo ao proporcionar acompanhamento com assistente social, psicólogo e demais profissionais convidados para participar das atividades como suporte para a melhoria das condições de vida das pessoas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento de políticas públicas representa uma grande conquista para a população, além de exprimir o compromisso político municipal, no que diz respeito a corresponder às expectativas dos seus munícipes, efetivando um planejamento participativo, cujo maior mérito é promover política pública que atenda à necessidade de toda a sociedade.

Durante os quatro anos em que tive oportunidade de trabalhar na Assistência Social, eu me deparei com diversas questões sociais. Alegro-me

o fato de que grande parte das ações e atividades advindas desse trabalho, muita demanda derivada das vulnerabilidades sociais, foi solucionada.

O esforço da equipe técnica e coordenação do CRAS foi justamente expandir as possibilidades de intervenção, reconhecendo a importância da SUAS para que o desenvolvimento social fosse concretizado. Por isso mesmo, O CRAS trabalha com o objetivo de contemplar, satisfatoriamente, todas as famílias que necessitam de apoio, orientações e acompanhamento para melhorar suas qualidades de vida.

As atividades desenvolvidas pela proteção social básica repercutem positivamente, desde a execução das ações, até a participação dos demandantes, a evolução de cada família, acolhendo e dando suporte, a fim de proporcionar uma melhoria no seu bem-estar, minimizando os riscos e as vulnerabilidades desses demandantes.

A assistência social é uma política de seguridade social não contributiva que se realiza por meio de ações de iniciativa pública e da sociedade, garantindo atendimento às necessidades básicas. Por tais pressupostos, compreende-se que a gestão da política social é uma ação gerencial que se desenvolve por meio da integração entre o setor público e a sociedade civil, de maneira eficiente e comprometida com os resultados. Tal política se destina à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou deficiências). Ela previne situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e integração no meio familiar e comunitário.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS]. *Orientações técnicas*: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em: [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mds/04\\_caderno\\_creas.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mds/04_caderno_creas.pdf). Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Secretaria de

Atenção à Saúde, 2010. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_saude\\_pessoa\\_idosa\\_envelhecimento\\_v12.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_pessoa_idosa_envelhecimento_v12.pdf). Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações técnicas*: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf). Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. *Lei nº 8.080*, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1990.

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-37. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43015/29726>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GLIDDEN, R. F.; BORGES, C. D.; PIANEZER, A. A.; MARTINS, J. A participação de idosos em grupos de terceira idade e sua relação com satisfação com suporte social e otimismo. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, São Paulo, v. 39, n. 97, p. 261-75, dez. 2019.

GUIDIO, T. D. *CRAS e Interdisciplinaridade*: ponte entre saberes e possibilidades em OQE. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: [https://sites.usp.br/orientacaoaqueixaescolar/wp-content/uploads/sites/462/Trabalhos\\_Finais/violencia\\_defesa\\_direitos/TF\\_Tatiana-Duarte.pdf](https://sites.usp.br/orientacaoaqueixaescolar/wp-content/uploads/sites/462/Trabalhos_Finais/violencia_defesa_direitos/TF_Tatiana-Duarte.pdf). Acesso em: 10 jun. 2021.

OLIVEIRA, I. F.; OLIVEIRA, N. L. A.; NASCIMENTO, M. N. C.; ARAÚJO, R. L.; LIMA, F. C.; AMORIM, K. M. O. Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2 [especial], p. 103-12, 2014.

PEREIRA, V. T.; GUARESCHI, P. A. O CRAS em relação: profissionais e usuários (as) em movimento. *Fractal: Revista De Psicologia*, Niterói, v. 28, n. 1, p. 102-10, abr. 2016.  
SOUZA, L. K. Recomendações para a realização de grupos focais na pesquisa